



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO
PODER DE POLÍCIA - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO**

Formulário XV

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

_____, com domicílio à
rua/av _____ nº _____
conjunto _____ bloco _____ Qd. _____ bairro _____
fone _____ celular _____, brasileiro (a), estado civil
_____ nos termos do artigo 156, parágrafo único, da Lei Complementar
nº. 199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DAS TAXAS PELO
EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO –**
Parágrafo Único do art. 156 da LC 199/2004, vem requerer, respeitosamente a V. Sr.^a, se
digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

XV NÃO INCIDÊNCIA DE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA – TEMPLOS DE QUALQUER CULTO – Parágrafo Único do art. 156 da LC 199/2004:

- a) Requerimento específico;
- b) CNPJ;
- c) Ata de Filiação (quando um CNPJ de instituição, estabelecida no município de Porto Velho, estiver sendo utilizado para representar outras instituições que não estejam no mesmo endereço constante do referido documento);
- d) Estatuto ou Regimento interno;
- e) Ata de Criação da entidade
- f) Ata da última diretoria eleita;
- g) RG e CPF do representante da instituição religiosa;
- h) Documento de Propriedade ou de posse do imóvel ou contrato de aluguel ou cessão (se for o caso);
- i) Taxa de abertura de processo,

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.